



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA CGM/PROGEM N° 001, DE 12 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre a padronização e orientação acerca da utilização dos recursos e dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar n° 195, de 08 de julho de 2022, no âmbito da Prefeitura Municipal de Camaragibe.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 57, VI, da Lei Orgânica municipal, **em conjunto com a CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE** – a qual, nos termos da Lei Municipal n° 535/2013, é competente para editar regulamentos e orientações, a fim de aprimorar o sistema de controle interno municipal; e a **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE (PROGEM)**, sendo a assessoria jurídica do município responsável pela análise dos editais, processos licitatórios e de justificação nesta urbe, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal n° 736/2017 (e alterações posteriores), e;

CONSIDERANDO as atribuições institucionais da Controladoria, contidas na Lei Municipal n° 535/2013, dentre as quais a de apoiar as unidades executoras vinculadas às secretarias e aos demais órgãos municipais na normatização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais;

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria Municipal de Finanças de administrar os recursos financeiros do município, a contabilidade e controle dos custos da administração municipal, nos termos do art. 3º, inciso XI, da Lei Municipal n° 736/2017, alterada pela Lei Municipal n° 768/2018;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria Municipal de Assunto Jurídicos de coordenar as atividades da assessoria jurídica do Gabinete da Prefeita, nos termos do art. 3º, inciso XVIII, da Lei Municipal nº 736/2017, alterada pela Lei Municipal nº 768/2018;

CONSIDERANDO as atribuições da Procuradoria-Geral do Município (PROGEM) de exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Prefeito e demais órgãos da administração municipal, nos termos do art. 3º, inciso IV, da Lei Municipal nº 736/2017, alterada pela Lei Municipal nº 768/2018;

CONSIDERANDO ser de extrema importância a padronização dos procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entes deste município, a fim de conferir maior controle sobre seus atos e, concomitantemente, dar efetividade ao princípio da eficiência, insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO que a padronização dos procedimentos dos órgãos e entes deste município, por meio de regulamentos e/ou orientações, consubstancia necessária ação preventiva para evitar eventuais danos ao erário público municipal;

CONSIDERANDO a **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo)** que Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

ORIENTA, por meio desse informe, o seguinte:

1 – Do arcabouço jurídico normativo – Lei Paulo Gustavo

É imperioso destacar que a Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, foi criada para incentivar a cultura e garantir ações emergenciais devido às consequências do período da pandemia de Covid-19 no Brasil, que impactou de forma trágica o setor cultural nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

últimos anos. Conhecida como Lei Paulo Gustavo, em homenagem ao ator falecido em decorrência da Covid-19, ela direciona R\$ 3,86 bilhões do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura a estados, municípios e ao Distrito Federal para o fomento de atividades e produtos culturais. Deste total, no Brasil, R\$ 2,8 bilhões devem ser destinados ao setor de audiovisual e R\$ 1 bilhão para as demais atividades.

Considerando a singularidade da Lei em esopeque, colaciona-se abaixo, importantes normativos e documentos referentes ao tema:

- [Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 \(Lei Paulo Gustavo\)](#) - Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.
- [Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023](#) - Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.
- [Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023](#) - Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.
- [Resolução CGLPG/MINC nº 2, de 19 de junho de 2023](#) - Dispõe sobre orientações para aquisição de bens por Estados, Municípios e Distrito Federal com recursos decorrentes da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.
- [Instrução Normativa MINC nº 5, de 10 de agosto de 2023](#) - Dispõe sobre as regras e procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade de que trata o Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.
- **Lei Municipal nº 967, de 12 de setembro de 2023** - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Especiais, ao Orçamento Geral de 2023, para utilização dos recursos oriundos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

da Lei Complementar nº [195](#), de 8 de julho de 2022 - Lei Paulo Gustavo e dá outras providências.

- [Parecer AGU 235/2023](#) - Lei Paulo Gustavo. Tributação. Imposto de Renda

Ainda, sobreleva-se também, os modelos de edital disponibilizados pelo Governo Federal, tendo por base a Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022(<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/modelo-de-editais>):

The screenshot shows the gov.br website interface. At the top, there is a navigation bar with the gov.br logo, 'Presidência da República', 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Acessibilidade', and a 'Entrar com o gov.br' button. Below this is a search bar with the text 'O que você procura?' and a magnifying glass icon. The main content area shows the breadcrumb path: 'Ministério da Cultura' > 'Assuntos' > 'Lei Paulo Gustavo' > 'Central de Conteúdo' > 'Modelos de Editais'. The title 'Modelos de Editais' is prominently displayed. Below the title, there is a publication date 'Publicado em 03/07/2023 12h15' and an update date 'Atualizado em 13/07/2023 11h06'. A list of links is provided for sharing: 'Compartilhe: f X in WhatsApp'. The main content lists several items: '1. MINUTAS - EDITAL DE FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - DEMAIS ÁREAS CULTURAIS', 'Edital - Demais áreas culturais', 'Anexo I - Categorias por linguagens culturais', 'Anexo II - Formulário de Inscrição - Plano de Trabalho', 'Anexo III - Critérios de avaliação', 'Anexo IV - Termo de Execução Cultural', 'Anexo V - Relatório de Execução do Objeto', 'Anexo VI - Declaração de representação', and 'Anexo VII - Declaração étnico-racial'.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

☰ Ministério da Cultura

O que você procura?



2. MINUTAS - EDITAL DE FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - AUDIOVISUAL

Edital - Fomento direto - Audiovisual

Anexos I (a depender do valor a ser recebido pelo município):

Anexo I - Categorias - Audiovisual - até 50 mil

Anexo I - Categorias - Audiovisual - 50 mil a 100 mil

Anexo I - Categorias - Audiovisual - 100 mil a 200 mil

Anexo I - Categorias - Audiovisual - 200 mil a 500 mil

Anexo I - Categorias - Audiovisual - 500 mil a 1 milhão

Demais anexos:

Anexo II - Formulário de Inscrição - Plano de Trabalho - Audiovisual

Anexo III - Critérios de avaliação - Audiovisual

Anexo IV - Termo de Execução Cultural - Audiovisual

Anexo V - Relatório de Execução do Objeto - Audiovisual

Anexo VI - Declaração de representação - Audiovisual

Anexo VII - Declaração étnico-racial - Audiovisual

☰ Ministério da Cultura

O que você procura?



3. MINUTAS - EDITAL DE PREMIAÇÃO - AUDIOVISUAL E DEMAIS ÁREAS CULTURAIS

Edital - Prêmios - atualizado em 11/07/2023

3.1. AUDIOVISUAL

Anexo I - Categorias do Audiovisual - Prêmios

3.2. DEMAIS ÁREAS CULTURAIS

Anexo I - Categorias - Prêmios

Anexo II - Critérios de seleção e bônus - Prêmios - atualizado em 11/07/2023

Anexo III - Formulário de Inscrição - Prêmios - atualizado em 11/07/2023

Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou coletivo artístico - Prêmios - atualizado em 11/07/2023

Anexo V - Recibo - Prêmios - atualizado em 11/07/2023

Anexo VI - Declaração étnico-racial - Prêmios



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

☰ Ministério da Cultura

O que você procura?



4. MINUTAS - EDITAL DE BOLSAS - AUDIOVISUAL E DEMAIS ÁREAS CULTURAIS

[Edital - Bolsas](#)

4.1 - AUDIOVISUAL

[Anexo I - Categorias do Audiovisual - Bolsas](#)

4.2. DEMAIS ÁREAS CULTURAIS

[Anexo I - Categorias - Bolsas](#)

[Anexo II - Critérios de avaliação e seleção - Bolsas](#)

[Anexo III - Formulário de Inscrição - Bolsas](#)

[Anexo IV - Termo de Concessão de Bolsa - Bolsas](#)

[Anexo V - Relatório do Bolsista - Bolsas](#)

[Anexo VI - Declaração de Representação de grupo ou coletivo artístico - Bolsas](#)

[Anexo VII - Declaração étnico-racial - Bolsas](#)

Recomenda-se, portanto, a adoção dos modelos supraindicados, adequando, por consequente, a realidade local, quando da utilização dos recursos e dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022.

2 – Passo a passo necessário e prévio a utilização dos recursos oriundos da Lei Complementar nº 195/2022

Transcreve-se abaixo, o passo a passo a ser seguido Fundação de Cultura do Município de Camaragibe, quando da utilização dos recursos e dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, a saber:

PRIMEIRA FASE: PLANEJAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

1. PREPARAÇÃO E PROSPECÇÃO:

- 1.1. Os agentes culturais destinatários do fomento cultural são os artistas, os produtores culturais, os gestores culturais, os mestres da cultura popular, os curadores, os técnicos, os assistentes e outros profissionais dedicados à realização de ações culturais (art. 4 do Decreto n 11.453/2023);
- 1.2. Realização de Audiências públicas, escutas públicas, reuniões públicas, consultas públicas para fixação dos parâmetros de regulamentos, editais, chamamentos públicos, prêmios ou quaisquer outras formas de seleção pública relativos aos recursos de que trata esta LPG e PNAB (art. 4º, § 2º, LPG e art. 3º, parágrafo único – PNAB)
 - a) O Agente cultural que participou das escutas pode participar do edital;
- 1.3. Poderão ser objeto de busca ativa (Atendimento in loco, envio de mensagens, realização de oficinas públicas) pelo município de beneficiários integrantes de grupos vulneráveis, ou que sejam pessoas que desenvolvem atividades técnicas e para o setor de culturas populares e tradicionais (art. 8º, § 7º da LPG e art. 14, inciso II do Decreto nº 11.740/2023 – PNAB);
- 1.4. Para apoiar e orientar os possíveis beneficiários, o Município pode promover capacitação destes através Cursos, oficinas de elaboração de proposta, plantão de dúvidas, atendimento presencial ou online;

2. PROPOSIÇÃO TÉCNICA DA MINUTA DE EDITAL

- 2.1. Escolha da modalidade de Fomento – art. 8º do Decreto nº 11.453/2023:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

2.1.1. Fomento à execução de Ações Culturais:

2.1.1.1. Edital conhecido como “apoio direto” ou “edital de projetos”: nesta modalidade de fomento, o agente cultural apresenta um projeto, se selecionado, recebe recursos para execução do projeto e após a finalização, presta contas ao ente Federativo.

Ex.: Edital para seleção de projetos de produção de curtas-metragens, seleção de projetos de oficinas, manutenção de grupos culturais.

2.1.2. Apoio a Espaços Culturais:

2.1.2.1. Edital que se destina a repassar recursos para desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, por meio de subsídio mensal, cujos valor e período de concessão deverão ser definidos pelo ente da Federação. Os recursos podem ser utilizados para atividades-fim e atividades-meio (Art. 9º PNAB e Art. 8º, § 2º LPG).

2.1.3. Concessão de Bolsas Culturais:

2.1.3.1. Esta modalidade de Edital se destina à promoção de ações culturais de pesquisa, promoção, difusão, circulação, manutenção temporária, residência, intercâmbio cultural e similares através da concessão de bolsas culturais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICIPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Ex.: bolsa para participação de agente cultural em um festival nacional, bolsa para realização de um curso em outro país, bolsa para participação de um grupo cultural em uma feira de negócios

2.1.3.2. Características:

- a) Natureza jurídica de doação **com encargo**, devendo observar o disposto na Seção II (Dos chamamentos públicos) do Decreto n.º 11.453/2023, ressalvados os dispositivos relativos a plano de trabalho, análise de instrumento jurídico e demais regras não aplicáveis à natureza jurídica de doação com encargo.

2.1.4. Concessão de Premiação Cultural:

- 2.1.4.1. Visa reconhecer relevante contribuição de agentes culturais ou iniciativas culturais para a realidade municipal, estadual, distrital ou nacional da cultura.

2.1.4.2. Características:

- a) Natureza jurídica de doação **sem encargo**, sem estabelecimento de obrigações futuras;
- b) Não há assinatura do Instrumento Jurídico;
- c) Não há apresentação de planilha orçamentária;
- d) Assinatura apenas um recibo com descrição do prêmio recebido;
- e) Não há prestação de informações.

2.1.5. Podem ser instituídas outras modalidades previstas em ato do Ministro de Estado da Cultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

2.2. Os Editais de Fomento à Cultura devem zelar pela linguagem simples e formato acessível, em prol da democratização do acesso e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade e pessoas com deficiência (art. 14 do Decreto n° 11.453/2023).

2.3. Boas práticas: Linguagem mais simplificada, recursos visuais, edital em formato de vídeo, áudio.

2.4. O Edital de Fomento deve promover políticas de ações afirmativas (art. 17 da LPG e Art. 7º, § 4º, PNAB E ART. 5 Decreto n° 11.453/2023);

2.5. Previsões editalícias tributárias

2.5.1. Impostos próprios de prestação de serviços são incabíveis – Ex.: ISSQN;

2.5.2. Não há incidência de Imposto de Renda (IR) em face de fomento à execução de ações culturais e apoio a espaços culturais;

2.5.3. Na hipótese de Premiações, em se tratando de:

- a) Pessoa física, caso a lei considere doação: há isenção (inciso XVI do art. 6 da Lei n° 7.713/1998);
- b) Pessoa jurídica sem fins lucrativos: há isenção (art. 15 da Lei n° 9.532/1997);
- c) Pessoa jurídica com fins lucrativos: em regra, não há isenção, mas não compete ao ente municipal realizar a retenção.

2.5.4. Bolsas:

- a) Caso se trate de Bolsa para pesquisa e sem vantagem para o doador e contraprestação de serviços: há isenção (art. 26 da Lei no 9.250/1995)
- b) Outras bolsas: em regra, não há isenção.

3. ANÁLISE JURÍDICA E ADEQUABILIDADE DO EDITAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

3.1. Preferencialmente, devem ser instituídos editais padronizados elaborados pelo Ministério da Cultura, realizando-se as adaptações necessárias à realidade local de cada município;

4. ASSINATURA E PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

4.1. O Edital deve ser publicado no Diário Oficial e no site oficial do Município. Obs: Caso o município não possua diário oficial: publicar no Diário Oficial do Estado ou da União.

3 – Conclusão

Diante do exposto, com o objetivo de padronizar os procedimentos na Municipalidade e criar mecanismos de controle preventivo, a **Controladoria-Geral do Município em conjunto com o Gabinete da Prefeita e a Procuradoria-Geral do Município** expedem a presente orientação, visando a necessária observância pela Fundação de Cultura, quando da utilização dos recursos oriundos da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, especialmente, a observância do **passo a passo descrito no ponto 2 e Checklist (anexo Único)**.

Camaragibe-PE, 26 de fevereiro de 2024.

Nadegi Alves de Queiroz
Prefeita do Município

Bruno de Farias Teixeira
Procurador-Geral do Município

Elisa Maranhão
Procuradora Municipal

Gabriel Andrade
Controlador-Geral do Município

Erika Pereira Rodrigues
Coordenadora de Auditoria da CGM



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

– ANEXO ÚNICO –

CHECKLIST EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO
LEI DE FOMENTO À CULTURA
LEI PAULO GUSTAVO (LPG)

Legislação:

LC nº 195/2022 (LPG);

Decreto Federal nº 11.525/2023, e;

Decreto Federal nº 11.453/2023

• **Fase de planejamento:**

1. Autorização da autoridade competente para início dos trabalhos de elaboração de edital e anexos _____;
2. Declaração de Reserva Orçamentária (arts. 11 e 12, LC 195/2022): id. _____;
3. Ato de designação da Comissão de Editais: _____;
4. Termo de referência simplificado, devidamente assinado (_____), contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - 4.1. Demonstração de discussão e consulta à comunidade cultural e atores da sociedade civil sobre parâmetros para a seleção pública (art. 4º, §2º, LC 195/2022): item _____;
 - 4.2. Justificativas da medida de fomento cultural objeto do edital, com suas especificações, critérios de execução e seleção de propostas: itens _____;
 - 4.3. Justificativas dos valores a serem repassados por meio do edital: item _____;
 - 4.4. Justificativas sobre a escolha da modalidade de prestação de contas (art. 23, LC nº 195/2022): item _____;

Obs: caso a modalidade escolhida seja “prestação de informações *in loco*”, demonstrar a viabilidade operacional do órgão para a realização das visitas: item _____;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

5. Íntegra da minuta do edital e de seus anexos: _____;
6. Parecer Jurídico: _____;

- **Regras do edital:**

- (i) Informações gerais**

7. Detalhar elementos gerais do chamamento, tais como:
 - 7.1. Especificação do objeto: item _____;
 - 7.2. Cronograma: item _____;
 - 7.3. Valor disponível para seleção das propostas: item _____;
 - 7.4. Dotação orçamentária: item _____;
 - 7.5. Categorias contempladas no edital: item _____;
 - 7.6. Prazo de vigência do edital: item _____;

- (ii) Inscrição:**

8. Período de inscrição de propostas em prazo não inferior a cinco dias úteis (art. 16, I, Dec. 11.453/2023): item _____;
Obs: caso o edital tenha decorrido diretamente de sugestão expressa (em formato de texto livre ou de minuta de edital) de agente cultural, o prazo de inscrição deve ser, no mínimo, de trinta dias (art. 10, §2º, do Dec. 11.453/2023);
9. Previsão de entrega de propostas por meio de logística facilitada – internet, sítio eletrônico ou presencialmente, de forma descentralizada (art. 8º, §6º, LC 195/2022): item _____;
Obs: Possibilidade de previsão de busca ativa de agentes culturais integrantes de grupos vulneráveis, de admissão de inscrição de suas propostas por meio da oralidade, reduzida a termo escrito pelo órgão responsável pelo chamamento público (art. 15, Dec. 11.453/2023), e da utilização de outras estratégias para ampliar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

concorrência e para estimular a qualidade técnica das propostas (art. 17, Dec. 11.453/2023);

Obs 2: Possibilidade de formação de cadastro prévio como ferramenta para dar celeridade à etapas de inscrição (art. 17, parágrafo único, Dec. 11.453/2023);

(iii)Habilitação:

10. Critérios de habilitação: item _____;

Obs: os requisitos de habilitação serão compatíveis com a natureza do instrumento jurídico respectivo e não poderão implicar restrições que prejudiquem a democratização do acesso de agentes culturais às políticas públicas de fomento (art. 19, §2º, Dec. 11.453/2023);

Obs 2: a regularidade fiscal será exigida apenas para a celebração do termo de execução cultural (art. 19, §3º, Dec. 11.453/2023);

11. Especificação do momento para a entrega dos documentos de habilitação, que, via de regra, será após a divulgação do resultado final, para a habilitação apenas dos agentes culturais contemplados;

Item _____;

Obs 1: a entrega dos documentos de habilitação poderá ser prevista para momento posterior à divulgação do resultado provisório (antes do resultado final), mas é vedada sua exigência na etapa de inscrição de propostas (art. 19, §2º, Dec. 11.453/2023);

Obs 2: possibilidade de formação de cadastro prévio como ferramenta para dar celeridade à etapa de habilitação (art. 19, §4º, Dec. 11.453/2023);

12. Previsão de que a comprovação de endereço para fins de habilitação poderá ser realizada por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultura (art. 19, §6º, Dec. 11.453/2023): item _____;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Obs: a comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais: (a) pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense; (b) pertencentes a população nômade ou itinerante, ou; (c) que se encontrem em situação de rua (art. 19, §7º, Dec. 11.453/2023);

13. Proibição de participação em chamamento e de celebração de TEC com agente cultural que:

a) seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado nas etapas de proposição técnica da minuta de edital, de análise de propostas ou de julgamento de recursos (art. 19, §5º, Dec. 11.453/2023);

b) esteja diretamente envolvido na etapa de proposição técnica da minuta de edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos (art. 20 do Dec. 11.453/2023);

Item _____;

(iv) Análises de propostas:

14. Previsão de análise de propostas por comissão de seleção (art. 16, II, Dec. 11.453/2023): item _____;

15. Critérios de análise quantitativos e/ou qualitativos adequados à especificidade da produção artística e cultural (art. 18, §1º, Dec. 11.453/2023): item _____;

(v) Fase recursal:

16. Previsão de recurso do resultado provisório, com prazo recursal de, no mínimo, três dias úteis e, se necessário, dois dias úteis para contrarrazões (art. 16, III, Dec. 11.453/2023): item _____;

17. Previsão de recurso da decisão de inabilitação, no prazo de três dias úteis (art. 19, §9º, Dec. 11.453/2023): item _____;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

(vi) Outras regras obrigatórias do edital:

18. Especificação do prazo e da modalidade de prestação de contas (art. 23 da LC 195/2022):
item _____;
19. Previsão das contrapartidas sociais:
 - 19.1. Audiovisual (art. 12, Dec. 11.525/2023): item _____ do Edital, ou;
 - 19.2. Demais ações culturais (art. 13, Dec. 11.525/2023): item _____;
20. Ações afirmativas para a seleção pública (art. 16, Dec. 11.525/2023): item _____;
21. Previsão de que os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade (física, atitudinal e comunicacional) estarão previstos nos custos do projeto, da iniciativa ou do espaço, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10 % dez por cento do valor do projeto (art. 15, Dec. 11.525/2023): item _____;
22. Previsão de que a comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração de termos de execução cultural (art. 19, §3º, Dec. 11.453/2023): item _____;
23. Alerta sobre a incidência de impostos no recebimento de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas (art. 13, LC 195/2022): item _____;
24. Homologação do resultado final: item _____;

• **Regras da minuta do Termo de Execução Cultural (TEC)- arts. 23 e seguintes do Dec. 11.453/2023):**

25. Previsão da proposta aprovada no chamamento como anexo ao TEC, com a indicação, no mínimo: a) da descrição do objeto; b) do cronograma de execução, e; c) da estimativa de custos: Cláusula _____;
26. Previsão de que a compatibilidade entre a estimativa de custos do plano de trabalho e os preços praticados no mercado será avaliada de acordo com tabelas referenciais de valores com a análise de especialistas ou de técnicos da administração pública ou com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- outros métodos de identificação de valores praticados no mercado, salvo significativa excepcionalidade no contexto da implementação do plano de trabalho, a ser devidamente justificada: Cláusula _____;
27. Forma de desembolso dos recursos pela Administração (repasse único ou parcelas): Cláusula _____;
 28. Obrigatoriedade de criação de conta bancária específica, em banco público (preferencialmente, isenta de tarifas) ou privado (neste caso, proibida a incidência de tarifas), com aplicação automática dos valores em modalidades de investimento de baixo risco: Cláusula _____;
 29. Alerta sobre a incidência de impostos no recebimento de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas: Cláusula _____;
 30. Detalhamento da contrapartida social (art. 12 ou art. 13 do Dec. 11.525/2023): Cláusula _____;
 31. Detalhamento da forma de prestação de contas: Cláusula _____;
 32. Obrigação de exibição de as marcas do Governo federal e do Governo municipal (art. 11, §3º, do Dec. 11.525/2023): Cláusula _____;
 33. Previsão de que o beneficiário declara ter ciência de todas as regras do instrumento convocatório, de seus anexos, da LC nº 195/2022, do Decreto nº 11.525/2023, do Decreto nº 11435/2023 e normas correlatas, para a celebração, execução e prestação de contas do objeto do termo de execução cultural: Cláusula _____;
 34. Obrigação de que a documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do instrumento: Cláusula _____;
 35. A assinatura poderá ser física ou eletrônica com os agentes culturais habilitados (art. 19, Dec. 11.453/2023);
- **Atentar para os seguintes requisitos legais de governança a serem observados após a publicação do edital:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

36. Publicação do extrato do edital, autorizada pela autoridade competente, nos sítios eletrônicos do ente e no DOM (art. 23, *caput*, Dec. 11.525/2023);
37. Publicação dos resultados nos sítios eletrônicos do ente e no DOM (art. 23, *caput*, Dec. 11.525/2023);
38. Disponibilizar para acesso público informações relativas à execução financeira dos recursos da LPG (art. 23, parágrafo único, LC 195/2022);
39. Criação de cadastro dos beneficiários de recursos da Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc (art. 4º, §3º, LC 195/2022);
40. Disponibilização do edital e minuta de TEC em formato acessível para pessoas com deficiência (art. 8º, §5º, LC 195/2022, e art. 14, Dec. 11.453/2023);
41. Até o prazo de 24 (vinte quatro) meses do recebimento dos recursos federais, o Município deve apresentar relatório final de gestão, com informações sobre a execução dos recursos recebidos (art. 29, LC 195/2022).